

A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil

The importance of family farming and the demands of rurality in Brazil

Maria de N. B. WANDERLEY*

RESUMO

Dois fatos de grande importância marcaram as transformações recentes do mundo rural brasileiro. De um lado, pela primeira vez na história, a agricultura familiar foi reconhecida oficialmente como um ator social. Anteriormente eram vistos como os pobres do campo, produtores de baixa renda ou pequenos agricultores. Hoje, os agricultores familiares são percebidos como sendo portadores de uma outra concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal dominante no país. O Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), estabelecido no Brasil durante os anos 90, apesar de todas as limitações impostas a sua adoção efetiva, constitui uma expressão dessa mudança. Por outro lado, a forte e efetiva demanda por terra, realizada pelos movimentos sociais rurais, fez surgir na reforma agrária um setor de assentamentos. Uma das principais conseqüências desses dois fatos é a revalorização do meio rural, percebido como espaço de trabalho e de vida. Isso encontra expressão na demanda pela permanência na zona rural ou retorno à terra. Essa “ruralidade” da agricultura familiar, que povoa o campo e anima a vida social, opõe-se ao absenteísmo praticado pela agricultura latifundiária, que esvazia e depreda o meio rural. Essa nova “ruralidade” opõe-se ao mesmo tempo à visão centralizada na urbanização, dominante na sociedade, e à percepção de um meio rural sem agricultores.

ABSTRACT

Two facts, of great importance, have marked recent transformations in the Brazilian rural world. For the first time in Brazilian history, family farming has been officially recognized as a social actor. Prior to this it was seen in terms of the rural poor or in terms of low income and small producers. Today family farmers are perceived as the bearers of another conception of agriculture, different and alternative from estate and landlord agriculture which has traditionally dominated the countryside. The Programme of Support For Family Farming (PRONAF), established in Brazil during the 1990s, despite the recognized limits to its effective adoption, constitute an expression of this change. The second fact is that a strong

* Universidade Federal de Pernambuco. Professora Visitante. Bolsista do CNPq, Brasil.

and effective demand for land, by rural social movements, has created a sector of agrarian reform settlements. One of the principal consequences of these two facts is an increased appreciation of the countryside as a place of work and living. This finds expression in demands to remain in the countryside or return to the land. This “rurality” of family farming, which populates the countryside and animates its social life, opposes the absenteeism practiced by estate agriculture, which depopulates the countryside and is predatory on rural space. The new “rurality” opposes at the same time the “urbancentred” vision dominant in society and the perception of a rural environment without farmers.

Introdução

Existem no Brasil 33.997.406 pessoas que vivem no meio rural, o que corresponde a 21,6% da população total do país. Quem são estes brasileiros rurais? O que vivem no meio rural? Que Brasil eles conhecem e vivem a partir do campo? Neste texto, pretendemos expor, mesmo que de forma sintética, alguns pontos de vista, com o objetivo de participar da reflexão que vem se desenvolvendo atualmente entre os estudiosos do “rural”.

O reencontro com os clássicos: a dinâmica da vida social local

O meio rural é entendido, neste texto, como um espaço suporte de relações sociais específicas, que se constroem, se reproduzem ou se redefinem sobre este mesmo espaço e que, portanto, o conformam enquanto um *singular espaço de vida*. Para compreendê-lo é preciso considerar sua *dinâmica social interna*, isto é, aquela que resulta da maior ou menor intensidade e complexidade da vida local e, por outro lado, as formas de sua inserção em uma *dinâmica social “externa”*. No primeiro caso, o espaço rural é socialmente construído pelos seus habitantes, em função das relações fundadas nos laços de parentesco e de vizinhança, e isto tanto ao nível da vida cotidiana quanto do ritmo dos acontecimentos que determinam os ciclos da vida familiar, tais como nascimentos, casamentos e mortes e, ainda, no que se refere ao calendário das manifestações de ordem cultural e religiosa. Este é, fundamentalmente, o “lugar” da família, centrado em torno do patrimônio familiar, elemento de referência e de convergência, mesmo quando a família é pluriativa e seus membros vivem em locais diferentes. Como percebido nos

estudos clássicos, estas coletividades rurais são, aqui também, depositárias de uma cultura cuja reprodução é necessária para a dinamização técnico-econômica, ambiental e social do meio rural, ao mesmo tempo em que são portadoras de um sentimento de pertencimento a este espaço de vida.

Evidentemente, as coletividades locais assim constituídas não são isoladas, mas estão integradas aos espaços sociais mais amplos, sobretudo através das complexas relações associadas ao mercado e à vida urbana. Na verdade, esta dinâmica é considerada “externa” em razão de sua origem, mas, como veremos mais adiante, em várias circunstâncias ela age no interior do próprio meio rural.

A vida social local é, assim, o resultado do entrelaçamento de relações sociais que atravessam o espaço local, atribuindo-lhe significados e integrando-o a redes de relações que se estendem por espaços sociais mais amplos e dentre as quais podem ser identificadas: as relações de parentesco e de vizinhança, que são a base da vida social local e cujo conteúdo é dado pelas necessidades do trabalho e da produção e pelas práticas de lazer e da vida religiosa; as relações de parentesco e de amizade, que se estendem em um espaço mais amplo, para além do espaço local, e que freqüentemente têm origem nos processos de migração de membros da família e de vizinhos para áreas mais distantes; as relações “externas” que atraem os habitantes do campo, em caráter definitivo, para fora do espaço rural, provocando a migração para a cidade e, por conseguinte, o esvaziamento do meio rural e de sua vida social; as relações “externas” que se constituem no interior dos próprios espaços rurais e que o modificam profundamente, tanto no que se refere aos aspectos físicos da paisagem quanto às relações sociais locais, mas que não provocam necessariamente o seu esvaziamento se as

condições que garantem sua animação forem preservadas.

A herança da História

Para entender o contorno social que o meio rural tem assumido mais recentemente na sociedade brasileira será necessário considerar, como ponto de partida, três constatações que se referem às particularidades históricas dos espaços rurais brasileiros em sua diversidade.

Em primeiro lugar, a constatação de que, em seu conjunto, *a grande propriedade fundiária é a forma dominante de controle da terra* no meio rural brasileiro¹. A partir deste quadro, é possível afirmar que os espaços rurais no Brasil, foram, historicamente, profundamente marcados por uma *dissociação entre a apropriação da terra e a função residencial*. Isto se refere, antes de mais nada, aos próprios grandes proprietários fundiários, cujo absenteísmo tendeu a se aprofundar e a se ampliar com o passar do tempo. Neste sentido, *a grande propriedade representa uma forma urbana de apropriação do meio rural*. Tendo ou não um caráter produtivo, a propriedade da terra está associada, nestes casos, a objetivos econômicos, que incluem desde os investimentos produtivos até a mera especulação fundiária, mas não se traduz, necessariamente, pelo envolvimento do proprietário e sua família na vida social local, pois raramente ele habita no meio rural².

Além do absenteísmo latifundiário, os efeitos da dissociação acima referida, entre a propriedade da terra e a vida rural, se manifestam, igualmente, na experiência de outras categorias sociais rurais. Com efeito, entre os trabalhadores agrícolas e pequenos agricultores *as formas precárias e insuficien-*

tes de acesso à terra afetam a consolidação de laços com o lugar de moradia e a dinamização da vida social local. Isto parece evidente quando se considera a dimensão do contingente de trabalhadores agrícolas que viviam no interior das grandes propriedades e que foram expulsos não só de seus lugares de moradia, mas também do próprio meio rural³. No interior da grande propriedade, mesmo vivendo em níveis extremamente precários e sem dispor de nenhuma garantia quanto à continuidade da relação de moradia (Palmeira, 1977), eles conseguiam animar, de alguma forma, a vida social e inserir-se no espaço ampliado dos contatos diversos e freqüentes com pequenos agricultores da vizinhança e isto se perde com a saída destes trabalhadores. O êxodo atinge também um grande número destes pequenos agricultores, especialmente os que não são proprietários ou os que o são de forma insuficiente, extremamente vulneráveis, no que se refere, precisamente, à sua permanência no local de origem. Pode-se, assim, afirmar que, *o que mais ameaça o dinamismo do meio rural é o êxodo de sua população*, que se traduz pela perda direta e imediata da vitalidade social, representada pela saída em número expressivo de seus habitantes e que este êxodo está diretamente associado à estrutura fundiária dominante no país.

A segunda constatação refere-se ao fato de que o meio rural e sua população recebem, no Brasil, uma definição oficial muito particular, da qual decorrem conseqüências importantes para o dinamismo interno destas áreas. Aqui, toda sede municipal, independentemente da dimensão de sua população e dos equipamentos coletivos de que dispõe, é considerada cidade e sua população é contada como urbana. O meio rural corresponde ao entorno da cidade, espaço de *habitat* disperso onde predominam as pai-

¹ Os imóveis rurais com mais de mil hectares, correspondentes a 14% do total, possuem 50% de toda a área dos imóveis rurais do país (Brasil, INCRA, 1996). Esta concentração fundiária se agrava com a significativa dimensão das áreas improdutivas, que correspondem aproximadamente a 60% das terras apropriadas, o que indica a existência de grandes áreas rurais socialmente “desertificadas”, isto é, sem vida social ou nas quais a vida social é extremamente reduzida.

² Não é de admirar, portanto, que o “ruralismo” seja aqui tão frágil. Na verdade, sob esta bandeira, esconde-se uma ideologia mais propriamente “agrarista”, que explicita os interesses dos grandes proprietários de terra e produtores agrícolas, do que uma visão da vida rural, da qual este grande proprietário não participa ou o faz à distância (Mendonça, 1997).

³ Há uma importante bibliografia sobre este tema no Brasil.

sagens naturais e os usos atribuídos às terras apropriadas, tradicionalmente, à produção agrícola ou os espaços improdutivos. Em consequência, o “rural” está sempre referido à cidade como sua periferia espacial precária e a vida da sua população depende, direta e intensamente, do núcleo urbano que a congrega. Seu habitante deve sempre deslocar-se para a cidade se quer ter acesso ao posto médico, ao banco, ao Poder Judiciário e até mesmo à Igreja paroquial. Assim, em razão da precariedade dos lugares de residência, propriamente rurais, a vida social das coletividades locais, inclusive em sua dimensão cotidiana, é “prolongada” nos espaços correspondentes às sedes municipais, nos quais, inclusive, muitos agricultores escolheram residir.

Como definir, neste contexto, o próprio *espaço local*? Refere-se ele apenas ao território restrito dos povoados e bairros rurais ou ele é ampliado para incorporar a própria dimensão do município? Que território gera uma identidade “espacial” e o sentimento de pertencimento acima referido? Este é um debate que apenas se inicia no Brasil (Carneiro, 1998). A este respeito, os estudos brasileiros sobre o campesinato tradicional tendem, em sua grande maioria, a privilegiar “o território definido por princípios de parentesco” (Woortmann, K., 1990, p. 35). Assim, por exemplo, a pesquisa de Emília Pietrafesa de Godoi, no sertão do Piauí, revela como se recortam as “fronteiras sociais” do grupo dos camponeses estudados, que são estabelecidas “por um elemento simultaneamente de ordem histórica e simbólica, ou seja, o partilhar de uma *história primordial e paradigmática*: a origem da ‘grande família’.” (grifos da autora) (Godoi, 1999, p. 88).

Outros, no entanto, estimam que estes pequenos “centros urbanos” também se tornam parte integrante do mundo rural. Carlos Rodrigues Brandão, em sua pesquisa sobre o município de São Luis de Paraitinga, em São Paulo, revela como a cidade “tornou-se um ponto de referência muito próximo, in-

corporado mesmo aos símbolos da vida e à rotina dos dias do cotidiano da “gente da roça” (Brandão, 1995, p. 78). Vale a pena consultar especialmente a proposta que o autor faz de retratar “uma lógica classificatória de reconhecimento social dos territórios da vida e do cotidiano”, que relaciona, em torno de “um eixo de aproximações e distâncias”, “os espaços muito próximos, próximos, próximos-distantes e os espaços social e naturalmente distantes” (p. 84-85).

Isto acontece, de modo especial, nos pequenos municípios (cuja população total não ultrapassa 20 mil habitantes e que correspondem a 72,6% dos municípios brasileiros) (Clementino, s/d), tendo em vista que é neles que vive grande parte da população rural do país⁴. É preciso considerar, portanto, que o “urbano” em questão é, nestes casos, constituído pelas pequenas cidades. Assim, o contato intermitente ou permanente dos “rurais” com cidades deste tipo nem sempre significa o acesso a uma efetiva e profunda experiência urbana, que se diferencie ou mesmo se oponha ao seu modo de vida rural, mas pode significar, simplesmente, a reiteração de uma experiência de vida rural menos precária que, por sinal, nem toda pequena cidade brasileira consegue assegurar a seus moradores, urbanos ou rurais. Este é certamente um tema que está a merecer novas pesquisas que permitam, por um lado, formular uma matriz explicativa das diversas situações que serão sem dúvida identificadas na realidade brasileira, e, por outro lado, superar uma certa “naturalização” da noção de localidade, cuja utilização, em sentidos diversos porém pouco explicitados, pode ter consequências importantes para a análise dos processos sociais que se manifestam, precisamente, nestas fronteiras sociais.

O meio urbano, sobretudo as cidades de maior dimensão, tem, inegavelmente, seu próprio dinamismo, que é assegurado pela complexidade do desenvolvimento dos setores industriais e de serviços. Lá

⁴ “Este fato é evidente no Nordeste, onde 40,3% da população rural da região se encontram nos municípios com até 20 mil habitantes, mas o mesmo ocorre em São Paulo, atingindo 31,9% da população rural paulista. Além disso, os pequenos municípios da região nordestina abrigam 24,3% da população regional e neste caso, trata-se, majoritariamente (57,7%), dos habitantes do meio rural” (Wanderley, 1999).

onde este dinamismo se concretiza sua influência sobre o meio rural pode ser positiva, na medida em que possibilite uma melhoria no nível de bem-estar social e a ampliação das oportunidades de ocupação e de elevação do nível de renda, algumas delas geradas pela instalação de empresas nas próprias zonas rurais. Como afirma Ricardo Abramovay, “quanto maior for o dinamismo e a diversificação das cidades, impulsionados pela interiorização do processo de crescimento econômico, mais significativas serão também as chances para que a população rural preencha um conjunto variado de funções para a sociedade e por aí deixe de ser encarada como um ‘reservatório de mão-de-obra sobrando’ ” (Abramovay, 1998, p. 3).

No entanto, apesar de ter avançado na direção das cidades interioranas, o processo de descentralização econômica é ainda insuficiente e irregular, de modo que os efeitos benéficos da presença de plantas industriais e de empresas de serviços sobre as áreas rurais tendem também a se concentrar em determinadas áreas, não se constituindo como um quadro geral que tenha modificado, em seu conjunto, a paisagem e as relações sociais do mundo rural brasileiro.

Esta análise coloca a questão da diferenciação social dos espaços rurais. Grosso modo, pode-se falar na existência de um meio rural “peri-urbano”, mais diretamente afetado pela influência das cidades e, sobretudo, das grandes cidades, e o rural “profundo” ou “remoto”⁵.

Quanto à população rural, pode-se formular a hipótese de que, visto o meio rural em seu conjunto, a população que nele reside é constituída, em sua maioria, *pelos pessoas que se relacionam em função da referência ao patrimônio familiar – vinculadas, portanto, às unidades familiares agrícolas – e aos laços de vizinhança – o que inclui os trabalha-*

dores assalariados que permanecem no meio rural. Esta população, evidentemente, não se confunde com a população economicamente ativa ocupada na agricultura familiar, pois incorpora, além dos chefes dos estabelecimentos e da mão-de-obra não remunerada a eles ligada por laços de parentesco, as crianças, aquém da idade de trabalhar, os idosos, contabilizados como inativos e mesmo, em alguns casos, assalariados temporários, empregados em outros setores, que sejam, na verdade, agricultores familiares pluriativos.

Apesar de este ser o quadro predominante na maioria das áreas rurais brasileiras, em diversas outras, a população rural tem hoje um perfil social distinto, nelas preponderando uma população que vem deixando as cidades para instalar-se no meio rural, especialmente a que tem origem efetivamente urbana (uma vez que, pelo menos, parte das pessoas envolvidas na chamada “migração de retorno” reintegra-se ao meio rural, através de suas redes de relações familiares, correspondentes à categoria de “rurais” acima analisada). Isto acontece, sobretudo, lá onde o meio rural foi afetado pelos processos de descentralização econômica ou pode ser oferecido aos “urbanos” como um produto de consumo. Nestas áreas, com efeito, o meio rural é mais bem servido dos equipamentos coletivos necessários à vida moderna e dispõe de meios de comunicação e de transporte eficientes, que o integram aos espaços regionais mais amplos, circunstâncias às quais geralmente se acrescentam a existência de condições naturais – um clima especialmente agradável ou uma paisagem particularmente bonita –, um patrimônio cultural de grande riqueza, ou, ainda, a possibilidade de combinar o lugar de trabalho – rural ou urbano – com o lugar de residência rural.

Naturalmente, os habitantes das residências secundárias, bem como aqueles que o freqüentam em

⁵ Como se sabe, estas categorias analíticas são utilizadas para indicar a diferenciação social dos espaços rurais nas sociedades modernas avançadas. É preciso, no entanto, desde já esclarecer que o espaço peri-urbano aqui considerado é rural e, como tal, se distingue dos subúrbios e das periferias (urbanas) das cidades. Como afirma Bruno Jean, o peri-urbano “não evolui para urbano”. Da mesma forma, o “rural profundo”, onde também se encontram cidades, que freqüentemente funcionam como pólos centralizadores locais, está igualmente integrado à sociedade, e em alguns países, vive, de alguma forma, a efervescência do renascimento rural.

busca de lazer (turismo rural e ecológico) não fazem parte da população rural. Porém, sua presença marcante, em uma determinada área rural, modifica profundamente não só a paisagem como também a natureza da vida social local, ao provocar o surgimento de novas ocupações (como caseiros e jardineiros, cuja “reconversão” tem sido pouco estudada no Brasil), freqüentemente recrutados entre os antigos moradores, e, ainda, ao afetar o ritmo de vida local, agora determinado pelo fluxo da população “de fora” nos finais de semana, nos feriados prolongados e nas férias, fluxo este gerador e multiplicador de novas atividades econômicas e de experiências de vida social que repercutem sobre o conjunto do município e não apenas sobre sua área rural diretamente beneficiada.

A urgente necessidade de elaborar uma tipologia dos espaços rurais brasileiros

Considerando, portanto, que o meio rural não é homogêneo, é necessário, antes de tudo, proceder à elaboração de uma tipologia, que indique os principais “modelos” de espaços rurais, definidos em função das relações sociais predominantes, sabendo-se inclusive que estes modelos correspondem muito mais a “situações” específicas, que podem conviver em um mesmo espaço geográfico ou administrativo⁶. A título de hipótese, poderíamos sugerir a existência de seis “situações específicas” que correspondem a tipos de espaços rurais.

a) *O espaço rural como produto de consumo da população urbana.* Trata-se, neste caso, das situações nas quais pessoas de origem urbana se instalam no meio rural em busca de uma certa qualidade de vida, assegurada, sobretudo, pela construção de residências, definitivas ou de lazer (residências secun-

dárias). Esta procura supõe, cada vez mais, o acesso, no espaço rural, a um certo padrão de conforto – considerado “urbano” precisamente porque ainda é predominante nas cidades – e a existência dos meios de comunicação e integração com a cidade, tais como boas estradas, telefone, luz elétrica, etc. Esta situação pode ser observada tanto em torno das grandes como das pequenas cidades. Evidentemente, a predominância desta “situação” não exclui a convivência, no mesmo local, com outras “situações” que implicam em usos distintos do espaço rural – por exemplo, o uso produtivo, representado pela existência do cinturão verde – e a conseqüente presença de outros personagens da vida social local, inclusive dos tradicionais personagens da vida rural, agricultores e trabalhadores rurais.

b) *A perda de vitalidade social nos espaços rurais onde predominam as grandes culturas.* Este é o caso, entre outros, das áreas de monocultura da cana-de-açúcar, nas quais a população mais numerosa era, historicamente, constituída pelos trabalhadores assalariados destas plantações. Apesar de viverem em situação de grande pobreza e precariedade, estes trabalhadores sempre foram o elemento dinamizador da vida social local, compartilhando-a freqüentemente, sob formas diversas, com pequenos agricultores e mesmo trabalhadores da indústria do açúcar. Ora, a expulsão em massa deste grande contingente de trabalhadores – a maioria transferida para as periferias das cidades – afetou profundamente o dinamismo da vida local nos espaços rurais: a população se reduziu drasticamente, as relações de vizinhança se enfraqueceram, passando a ser feitas entre “vizinhos” mais distantes ou simplesmente deixando de existir, o mesmo acontecendo com os contatos sociais entre estes trabalhadores e os pequenos agricultores vizinhos⁷. Pode-se incluir nesta situa-

⁶ Evidentemente, esta elaboração deverá emergir como resultado de uma pesquisa em profundidade realizada a partir dos dados estatísticos gerais disponíveis, reconceitualizados em função dos objetivos propostos, o que ultrapassa totalmente os limites desta comunicação.

⁷ É bem verdade que, sobretudo nos períodos de safra, estas culturas atraem um contingente de trabalhadores temporários, parte dos quais vem de regiões mais distantes e que se instalam em alojamentos no interior das propriedades canavieiras. No entanto, em razão de suas precárias condições de trabalho e do reduzido tempo de permanência, estes trabalhadores estão longe de poder integrar-se socialmente à vida local e são, freqüentemente, vítimas de uma visão preconceituosa da população local, inclusive dos trabalhadores rurais locais, que os estigmatiza.

ção as áreas de monoprodução de soja em grande escala, que se instalaram sobretudo nas zonas de cerrado do Centro-Oeste e de partes do Nordeste do país, nas quais o processo de expulsão da população camponesa provocou forte esvaziamento da vida social local (Silva, 1999; Moraes, 1998).

Também neste caso o meio rural pode se constituir como um pólo de atração para pessoas originárias das cidades, como é o caso, muito citado, dos quadros técnicos das próprias indústrias ou firmas prestadoras de serviços.

c) *A agricultura familiar que está no centro de uma vida social intensa.* De um modo geral, as áreas onde a agricultura familiar é predominante correspondem às situações de maior intensidade da vida social local. Porém, este dinamismo depende, em grande medida, de fatores que estimulem a permanência, no meio rural, de um significativo contingente de “rurais”, dentre os quais merecem destaque: as perspectivas favoráveis da produção agrícola local e de suas atividades correlatas (especialmente as vinculadas aos processos de transformação e de comercialização), que garantam um nível de renda socialmente adequado à família; e a oferta de empregos não-agrícolas, no meio rural ou nas cidades próximas, de forma a gerar alternativas de ocupação para alguns membros da família e a favorecer a pluriatividade de outros.

Esta situação pode ser encontrada tanto nas áreas rurais mais integradas à economia urbano-industrial (Schneider, 1999; Tedesco, 1999; Wortmann, E., 1995) quanto em áreas empobrecidas e tais como a que foi estudada por Afrânio Garcia no agreste paraibano (Garcia, 1989). Trata-se, neste último caso, efetivamente, de camponeses pobres, cujas estratégias de sobrevivência passam, por um lado, pelas intensas e indispensáveis relações com o comércio local, representado, sobretudo, pelas feiras das pequenas cidades e por outro lado, pela migração temporária, inclusive para regiões distantes.

d) *Os efeitos devastadores do êxodo rural sobre áreas de agricultura familiar.* Há uma outra situação na qual a agricultura familiar é também predominante, porém em condições que lhe são desfa-

voráveis, que tendem a provocar o esvaziamento do meio rural e que são a consequência, entre outros fatores, da precariedade das condições de acesso aos bens e serviços coletivos básicos, da escassez ou empobrecimento dos recursos naturais disponíveis, da excessiva concentração da estrutura fundiária e da distância e dificuldade de acesso aos mercados. Ao mesmo tempo, em razão da ausência de plantas industriais e de atividades de serviços, a economia local, inclusive nos centros urbanos, pouco tem a oferecer como alternativa de ocupação e renda à população rural e, quando existem, as “oportunidades” oferecidas pelas cidades, inclusive e sobretudo no que se refere à oferta de empregos, terminam por estimular a saída do campo de parcela significativa desta população rural, especialmente os jovens. Para que a intensidade da vida social se mantenha, é preciso que a população rural possa encontrar em seu espaço de vida – que inclui, como foi dito, suas relações com os centros urbanos – os meios necessários para garantir, pelo menos, um patamar mínimo de subsistência socialmente aceitável. Isto porque, aquém deste patamar, o abandono do meio rural é inevitável, com a consequente debilitação da vida social local. Carlos Brandão refere-se a bairros rurais que foram “esvaziados de moradores e da cultura rústica”, através de um processo que “abriu clareiras de pessoas e símbolos da vida social entre suas árvores e rios” (Brandão, 1995, p. 77). Esta situação corresponde ao que se poderia chamar de “rural profundo” ou “rural remoto”, expressões que pretendem acentuar mais a precariedade das alternativas locais do que propriamente sua freqüente localização geográfica em áreas mais distantes dos grandes centros urbanos.

e) *A construção do espaço nas áreas de fronteira agrícola: a vida social nas agrovilas.* Como é sabido, pelo menos uma parte da ocupação intensiva das chamadas áreas de fronteira que, a partir dos anos 70, atingiu as regiões Centro-Oeste e Norte do país, aconteceu sob o estímulo de ambiciosos programas de colonização, atraindo pequenos agricultores familiares, oriundos, especialmente, da região Sul (Santos, 1993). Na maioria dos casos, em razão

das próprias condições adversas das primeiras instalações, a forma de ocupação destes novos espaços evitou a tradicional dispersão espacial da população rural. José Vicente Tavares dos Santos descreve as agrovilas por ele pesquisadas em Mato Grosso como “um vasto retângulo com os terrenos residenciais dos colonos dispostos um ao lado do outro, em duas fileiras paralelas; no centro, a capela, o salão de reuniões e festas, a escola primária, o campo de futebol e o jogo de bocha” (Santos, 1993, p. 208). Desta forma, as agrovilas, construídas nos núcleos de colonização, constituíram-se como um espaço residencial mais concentrado do que os tradicionais agrupamentos, estabelecendo-se uma distinção entre o lugar de trabalho – os sítios dos colonos – e o lugar da moradia – a própria agrovila – que também reunia localmente os serviços eventualmente postos à disposição dos “colonos”. É esta distinção espacial e esta relativamente maior densidade das agrovilas que explicam o fato de que muitas delas logo passaram a ser consideradas como cidades e centros dinamizadores, de natureza urbana, de um entorno rural, o qual, por sua vez, reproduz a dispersão e a precariedade do meio rural tradicionalmente concebido.

f) *Os assentamentos de reforma agrária: o retorno à vida rural.* Parte significativa dos beneficiários do programa de reforma agrária que vem sendo implantado no Brasil integra o contingente daqueles trabalhadores rurais ou pequenos agricultores que haviam sido, anteriormente, expulsos do campo (Medeiros *et al.*, 1999). Nos assentamentos, não sem dificuldades e tensões, seus beneficiários retomam o contato com a terra, aprendem ou reaprendem a organizar a produção e a combiná-la com outras atividades agrícolas ou não agrícolas, dentro ou fora das áreas onde estão instalados. A eles corresponde uma “situação” de reconstrução das bases de uma vida social local, através da retomada da experiência da coletividade local, inclusive no que se refere aos contatos sociais com o meio urbano próximo. O assentamento é um povoado rural que se refaz. Como afirma Afrânio Garcia, “os assentamen-

tos... são formas de incorporar ao mercado fundiário, ao mercado de casas de moradia e de serviços básicos (água, esgoto, saúde, educação, etc.), ao mercado de insumos agrícolas (adubos, sementes, máquinas, etc.) largas parcelas da população até então condenadas à incerteza e à precariedade dos recursos naturais (no caso de antigos posseiros), ou, mais além, condenadas a habitarem locais precários e a estarem desprovidas de meios de usarem sua capacidade de trabalho para fazer frente às necessidades de consumo, suas e de sua família” (Garcia Jr. *et al.*, 1999).

Conclusão

Dois fatos, de grande importância, marcaram as transformações recentes do mundo rural brasileiro. Por um lado, pela primeira vez na história, a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como um ator social. Antes vistos apenas como os pobres do campo, os produtores de baixa renda ou os pequenos produtores, os agricultores familiares são hoje percebidos como portadores de uma outra concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal dominante no país. O Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), implantado no Brasil nos anos 90, apesar dos limites conhecidos à sua efetiva adoção, constitui uma expressão desta mudança. Por outro lado, a forte e eficaz demanda pela terra se traduz hoje pela emergência de um setor de assentamentos de reforma agrária. Uma das principais conseqüências destes dois movimentos é a revalorização do meio rural como lugar de trabalho e de vida, que se expressa na retomada da reivindicação pela permanência ou retorno à terra. Esta “ruralidade” da agricultura familiar, que povoa o campo e anima sua vida social, se opõe, ao mesmo tempo, à relação ausenteísta, despovoadora e predatória do espaço rural, praticada pela agricultura latifundiária, à visão “urbano-centrada” dominante na sociedade e à percepção do meio rural sem agricultores.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial*. Brasília, IICA, Relatório de Consultoria, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A partilha da vida*. São Paulo: GEIC/Cabral, 1995. 272 p.
- BRASIL. INCRA. *Atlas Fundiário Brasileiro*. Brasília, agosto 1996. 1v.
- CARNEIRO, Maria José Teixeira. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da et al. (orgs). *Mundo rural e política*. Rio de Janeiro: Campos/Pronex, p. 95-117, 1998.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *Receitas municipais e grau de dependência dos pequenos municípios do Nordeste*. Natal: UFRN, 1997. mimeo.
- GARCIA JR., Afrânio Raul. *Sul: o caminho do roçado; estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Rio de Janeiro: Marco Zero; Brasília: CNPq, 1989, 285 p.
- GARCIA JR. Afrânio et al. *Assentamentos rurais em perspectiva comparada: uma análise das dimensões econômica, social, histórica e ambiental*. projeto de pesquisa. Rio de Janeiro, 1999, mimeo.
- GODOI, Emília Pietrafesa de. *O trabalho da memória; cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: UNICAMP, 1999. 165 p.
- JEAN, Bruno. La question rurale: comprendre le rural et construire la ruralité. In: _____. *Territoires d'avenir; pour une sociologie de la ruralité*. Québec: PUQ, 1997, p. 7-35.
- MEDEIROS, Leonilde S.; LEITE, Sérgio. (org.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil; processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: UFRGS; Rio de Janeiro: CPDA, 1999. 279 p.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997. 219 p.
- MORAES, Maria Dione Carvalho de. *A conquista dos cerrados na memória oficial e na memória camponesa; (o caso do sul/sudoeste do Piauí)*. Campinas: UNICAMP, 1998. (Projeto de Pesquisa).
- PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho; notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. *Contraponto*, Niterói, v.2, n.2, p. 103-114, nov. 1977.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Matuchos exclusão e luta; do Sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993. 282 p.
- SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura familiar e industrialização; pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 205 p.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: UNESP, 1999. 370 p.
- TEDESCO, João Carlos. *Terra, trabalho e família; racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo (RS): UPF, 1999. 325 p.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Olhares sobre o "rural" brasileiro*. Recife: 1999, mimeo.
- WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres; colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec, 1995, 336 p.
- WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Campinas, v.7, n.1, p. 35-53, jan/jun. 1990.